



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Mutuípe

1

Terça-feira • 8 de Janeiro de 2019 • Ano • Nº 2674

Esta edição encontra-se no site: www.mutuipe.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Mutuípe publica:

- **Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 082-2018-Objeto:** Registro de preços visando a contratação de empresa de buffet para fornecimento de lanches prontos e refeições tipo quentinha destinada a realização da jornada pedagógica e formações dos servidores da área da educação, durante o ano de 2019.
- **Pregão Presencial nº 079-2019 do Sistema de Registro de Preços-Objeto:** Registro de preços visando a contratação de empresa de buffet para fornecimento de lanches prontos e refeições tipo quentinha destinada a realização da jornada pedagógica e formações dos servidores da área da educação, durante o ano de 2019.
- **Extratos de Termos Aditivos da Prefeitura Municipal de Mutuípe.**

Transparência

Os Atos do gestor são publicados no Diário Oficial próprio do Município.

**Imprensa Oficial
do Município.**

Gestão Transparente e consciência limpa.



Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 082-2018

A Prefeitura Municipal de Mutuípe através de sua Pregoeira, designada no Decreto nº 0008/2018, torna público aos interessados que realizará no dia 21 de Janeiro de 2019 às 09:00h, na sede da Prefeitura, Setor de Licitação, na Praça Otávio Mangabeira, S/N, Centro, Mutuípe-Ba, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHA DESTINADA A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019.** O Edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados no site oficial www.mutuipe.ba.io.org.br/diarioOficial. Mutuípe-Ba, 07 de Janeiro de 2019.

Jaqueline Apóstolo Gonçalves
Pregoeira Municipal. Decreto 0008/2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



COMPRA – SRP
Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123, de 2006: ampla participação.

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079-2019

(Processos Administrativos nºs 04023 e 03088-2019)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE**, por meio do setor de licitações, sediada Praça Otávio Mangabeira, S/N, Centro, Mutuípe-Ba, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 21 de Janeiro de 2019

Horário: 09:00

Local: Setor de Licitações na sede da Prefeitura, na Praça Otávio Mangabeira, s/n, Centro, Mutuípe-Ba.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHA DESTINADA A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



- 3.1. Antes da abertura dos envelopes de propostas, ocorrerá a fase de credenciamento, onde serão vistos e identificados os representantes das licitantes.
- 3.2. Uma vez passado a fase de credenciamento, não serão mais aceitos novos participantes no certame.
- 3.3. Para participar, o representante legal da empresa deverá apresentar-se a Pregoeira munido do documento credencial acompanhado de cópia e original da carteira de identidade, ou de outro documento equivalente.
- 3.4. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.
- 3.5. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 3.6. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 3.7. Cópia e original do RG dos sócios da empresa ou documento equivalente;
- 3.8. Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 3.6, que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Anexo IX).
- 3.9. Em se tratando de ME - Micro Empresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, estas deverão comprovar que ocupam a referida condição, mediante Certidão Simplificada da Junta Comercial nos últimos 90 (noventa) dias anteriores a apresentação da proposta e a declaração (Anexo X) quanto ao enquadramento do fornecedor nas disposições dos arts. 42 a 45 da LC 123/2006 e 34 da Lei 11.488/2007. A não apresentação do referido documento produzirá o entendimento de que não se trata a empresa licitante, de ME ou EPP, decaindo da condição de beneficiária da Lei Complementar nº. 123/06.
- 3.10. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.
- 3.11. Junto ao credenciamento, os licitantes deverão entregar a Pregoeira a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação (anexo V deste edital), os envelopes da proposta de preços (envelope A) e dos documentos de habilitação (envelope B), não sendo mais aceitas novas propostas.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam Credenciadas.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá apresentar às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. (ANEXO X).

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital; (ANEXO V)

5. PROPOSTA DE REGISTRO DE PREÇOS – ENVELOPE "A"

5.1. A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado e indevassável identificado como Proposta de Preços, endereçada a Pregoeira, com indicação dos elementos a seguir:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA LICITANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018/SRP
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇOS

5.2. Os documentos do envelope "A" (PROPOSTA DE PREÇO) deverão ser apresentados em papel timbrado, preenchidos por meio mecânico ou informatizado, carimbados e rubricados, sem emendas e rasuras, conforme anexo II deste edital, contendo:

5.3. Razão Social, CNPJ, inscrição estadual, endereço, telefone, fax, e dados do representante para a assinatura do contrato, se for o caso;

5.4. Preço unitário e total da proposta, expresso em Real. O valor total da Proposta de Preço deverá ser expresso em numeral e por extenso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



- 5.5. Validade da Proposta de Preços de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de abertura, excluindo os prazos de recursos administrativos;
- 5.6. Prazo de execução do objeto do contrato, conforme estabelecido no edital;
- 5.7. Descrição dos produtos/serviços, Vide Anexo I
- 5.8. Dados para assinatura do contrato;
- 5.9. Caso haja redução de valores da proposta vencedora, a proposta realinhada não poderá conter itens com valores superiores aos inicialmente ofertados.
- 5.10. As Propostas readequadas deverão ser apresentadas em até 02 (dois) dias úteis após declarada vencedora do certame.
- 5.11. Os preços são fixos e irredutíveis, incluindo toda e qualquer despesa direta ou indireta referente a execução do objeto;
- 5.12. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 6.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
 - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada.
 - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. As propostas classificadas serão ordenadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados do valor do menor lance registrado.
- 6.6. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



6.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.8. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.9. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de realizar a última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, mediante manifestação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances, A Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

7.4. A Pregoeira poderá convocar o licitante para apresentar documentos, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1.1. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Pregoeira.

7.4.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, A Pregoeira poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (Três) dias úteis contados da solicitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



7.4.2.1. Será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.4.2.2. Os resultados das avaliações serão divulgados

7.4.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.4.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), A Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.4.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.4.2.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 02 (Dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, inclusive para diligência, A Pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.7. A Pregoeira poderá apresentar contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço.

7.7.1. Também nas hipóteses em que A Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. As licitantes deverão incluir no Envelope a seguinte documentação abaixo, que poderá ser apresentada: cópia autenticada (pela Pregoeira/Equipe de Apoio ou em Cartório), em envelope lacrado, com a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA LICITANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018/SRP
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO
ENVELOPE "B"- HABILITAÇÃO

8.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



- 8.2.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação de:
- 8.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.1. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação poderá ser verificada no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.3.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.3.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;
- 8.3.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.4. A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.4.2. Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal e Estadual da sede do licitante.
- 8.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- 8.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



8.4.6. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.5.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.5.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

8.6. **Qualificação técnica**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



8.6.1. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.6.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de no mínimo 01 atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.7. Documentação Complementar

8.7.1. Alvará de Funcionamento, expedido pela Prefeitura da sede do Licitante, em plena validade.

8.7.2. Alvará de Autorização da Vigilância Sanitária para funcionamento da empresa licitante

8.7.3. Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de inexistência de menor no quadro da empresa. (ANEXO VI)

8.7.4. Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta. (ANEXO VII)

8.7.5. Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de inexistência de servidor público municipal nos quadros da empresa e inexistência de parentesco com integrantes do poder municipal. (ANEXO VIII).

8.7.6. A licitante deverá apresentar e seguir todos os anexos deste edital, o não cumprimento acarretará inabilitação da licitante, salvo a possibilidade de aproveitamento dos atos do licitante.

8.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.10. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do diário oficial do município ou e-mail, ou, ainda, fac-símile.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser entregue no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. As Razões do Recurso e as Contrarrazões deverão ser protocoladas no Setor de Licitações na sede da Prefeitura, na Praça Otávio Mangabeira, s/n, Centro, Mutuípe-Ba, sendo que, não serão aceitos via e-mail, fac- símile, ou qualquer outro meio eletrônico.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja(m) assinada(s) no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses contados da data de sua assinatura prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

14.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizar consulta para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

14.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado/retirado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15. DO PREÇO

15.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

18.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.6. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



18.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

18.10. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

19.1.2. Apresentar documentação falsa;

19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. Não mantiver a proposta;

19.1.6. Cometer fraude fiscal;

19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. Licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s)/lote prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a município pelo prazo de até dois anos;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.4.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



19.5.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

19.6.As penalidades serão obrigatoriamente registradas.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1.Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2.A impugnação deverá ser realizada por petição protocolada no Setor de Licitações na sede da Prefeitura, na Praça Otávio Mangabeira, s/n, Centro, Mutuípe-Ba, sendo que, não serão aceitos via e-mail, fac- símile, ou qualquer outro meio eletrônico.

20.3. Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de protocolo físico, no endereço indicado no Edital.

20.6.As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22. Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas que possuam no seu quadro societário sócio que exerça na Administração Pública Municipal de Mutuípe mandato eletivo ou exerça cargo de Secretário Municipal ou Dirigente de entidades da Administração Indireta (fundações públicas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e afins) ou parente dos que os a exerçam até o 3º (terceiro) grau por consanguinidade ou afinidade.

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

22.2.No julgamento das propostas e da habilitação, A Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço: <http://www.mutuipe.ba.io.org.br/diarioOficial>, e também poderão ser lidos no Setor de Licitações na sede da Prefeitura, na Praça Otávio Mangabeira, s/n, Centro, Mutuípe-Ba nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.10.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

22.10.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

22.10.3. ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.10.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS; (quando for o caso);

22.10.5. ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO;

22.10.6. ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DA PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR;

22.10.7. ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE

22.10.8. ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA E INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



22.10.9. ANEXO IX - MODELO DE PROCURAÇÃO

22.10.10. ANEXO X - DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

Mutuípe, 07 de Janeiro de 2019.

JAQUELINE APÓSTOLO GONÇALVES
Pregoeira Municipal
Decreto 0008 de 15 de Fevereiro de 2019

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 079-2019

DESCRIÇÃO / TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHAS DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019.

- **ANEXO REFERENTE AO QUANTITATIVO DAS FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO.**

- (LANCHES PRONTOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. DE 01 (UMA FORMAÇÃO).	TOTAL DE 05 FORMAÇÕES
01	COXINHA TAM FESTA	UND	2.500	12.500
02	PÃOZINHO DE QUEIJO TAM FESTA	UND	2.500	12.500
03	PASTEL DE FORNO DE FRANGO TAM FESTA	UND	2.500	12.500
04	QUIBE TAM FESTA	UND	2.500	12.500
05	CEBOLINHA	KG	12	60
06	BISCOITINHO DE GOMA	KG	12	60
07	BISCOITINHO CASADINHO	KG	12	60
08	BISCOITINHO DE COCO	KG	12	60
09	BOLINHAS DE QUEIJO	KG	12	60
10	BOLO DE OVOS DUAS CORES COM RECHEIO DE COCO E COBERTURA DE CHOCOLATE,	UND	50	250



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe - Bahia



	TAM 60CMX40CM			
11	PÃES METRO SALGADOS FRANGO	UND	100	500
12	SUCO DE CACAU	L	60	300
13	SUCO DE ACEROLA	L	60	300
14	SUCO DE MARACUJÁ	L	60	300
15	SUCO DE ABACAXI	L	60	300
16	REFRIGERANTE 2 L	FARDO	30	150

- QUENTINHA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. DE 01 (UMA FORMAÇÃO).	TOTAL DE 05 FORMAÇÕES
01	ALMOÇO (QUENTINHAS): FEIJÃO TROPEIRO, ARROZ, SALADA, VINAGRETE, PURÊ DE BATATA, FRANGO ASSADO, ISCA DE CARNE AO MOHO MADEIRA	UND	400	2.000
02	REFRIGERANTE 2 L	LITRO	100	500
03	SOBREMESA DE MOUSSE DE MARACUJÁ (COPINHOS DE 50 ML)	UND	400	2.000

JORNADA PEDAGÓGICA

- CAFÉ DA MANHÃ 1º DIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Leite integral 200G	PCT	04
02	Cebolinha	KG	05
03	Biscoitinho de goma	KG	03
04	Biscoitinho de casadinho	KG	03
05	Biscoitinho de coco	KG	03
06	Bolinhas de queijo	KG	02
07	Pãozinho de queijo, com patê, tamanho médio	UND	500
08	Bolo de milho, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
09	Bolo de chocolate, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
10	Cuscuz de tapioca, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
11	Cuscuz salgado com recheio de charque, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
12	Pão metro com recheio de frango	UND	10

- ALMOÇO 1º DIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Almoço (Quentinhas): feijão tropeiro, arroz, salada, vinagrete, purê de batata, frango assado e isca de carne ao molho madeira.	500	UND
02	Refrigerante 1 litros	10	FARDOS
03	Sobremesa de mousse de maracujá (Copinhos de 50 ML)	500	UND

- ALMOÇO 2º DIA - PROFESSORES DO CAMPO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Almoço (Quentinhas): feijão tropeiro, arroz, salada, vinagrete, purê de batata, frango assado e isca de carne ao molho madeira.	100	UND
02	Refrigerante 1 litro	2	FARDOS
03	Sobremesa de mousse de maracujá (Copinhos de 50 ML)	100	UND

- LANCHE 1º DIA - TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Salada de frutas (Pote de 250 ML)	500	UND

- LANCHE 2º DIA - MANHÃ E TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Pastel de forno de frango, tamanho comercial (Manhã)	500	UND
02	Sanduíche natural (Tarde)	500	UND
03	Refrigerante 1 litro	20	FARDO

- LANCHE 3º DIA MANHÃ E TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Esfirra de frango, tamanho comercial (Manhã)	500	UND
02	Salada de fruta, pote com 250 ML (Tarde)	500	UND
03	Refrigerante 1 litro	10	FARDO

- LANCHE 4º DIA MANHÃ E TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Enroladinho, tamanho comercial (Manhã)	500	UND
02	Bolo de potes, sabores diversos (Tarde)	500	UND
03	Refrigerante 1 litro	10	FARDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



- 3.7. Fornecer todos os equipamentos, os materiais, a mão de obra, o transporte e tudo o mais necessário à fiel execução do objeto licitado;
- 3.8. Responsabilizar-se pela remoção de todos os materiais e embalagens utilizados na entrega do objeto licitado;
- 3.9. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega do objeto licitado;
- 3.10. Substituir, no total ou em parte, qualquer objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo de 01 (Uma) hora, contados a partir da notificação da Secretaria, sem qualquer custo para esta Prefeitura.
- 3.11. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega dos produtos.
- 3.12. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993.
- 3.13. Efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do edital e seus anexos.
- 3.14. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
- 3.15. Atender prontamente todas as solicitações desta Prefeitura previstas no Termo de Referência;
- 3.16. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e no Instrumento Contratual.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 4.1. Os produtos deverão ser solicitados através de Termo de Autorização de Fornecimento;
- 4.2. Realizar os pedidos de acordo com os prazos de atendimento;
- 4.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venha a ser solicitados pela contratada; Exigir a imediata substituição das garrafinhas que por ventura apresentem defeitos e/ou violação do respectivo lacre;
- 4.4. Rejeitar, no todo ou em parte, a água mineral entregue em desacordo com as especificações descritas no Termo de Referência e com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 4.5. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação;
- 4.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital, no Termo de Referência e no Instrumento Contratual;
- 4.7. Cumprir com as demais obrigações constantes do Edital e do Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

5. DO PAGAMENTO:

- 5.1. 5.1.1. A licitante vencedora deverá:
 - 5.2. 5.1.1.1. Apresentar a Nota Fiscal/Fatura, em 02 (duas) vias, acompanhada das Autorizações de Fornecimento, e das certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais expedidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



Fazenda Nacional, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e certidões negativas de tributos municipais, para liquidação e pagamento da despesa, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, em até 30 dias, sob pena de o pagamento não ser efetuado.

5.3. 5.1.2. Será consultada mensalmente a validade da documentação obrigatória;

5.4. 5.1.3. A contratada deverá manter a regularidade durante todo o período da contratação.

5.5. 5.1.4. O município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da Nota Fiscal, a entrega dos produtos não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

5.1.5. O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

6. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

6.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor a ser designado pela Secretaria, na condição de representante das mesmas.

7. GARANTIA

7.1. O fornecedor se comprometerá a reparar os danos causados, dando manutenção e trocando os produtos danificados.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal no primeiro dia após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial do Município.

9. DAS SANSÕES

Conforme mencionadas no item 19 do Edital

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para pagamento do fornecimento do material previsto neste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias, discriminadas na Autorização para Fornecimento de Material - AFM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 079-2019 PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO SRP Nº079-2019	OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHAS DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E	
DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº
DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

• **ANEXO REFERENTE AO QUANTITATIVO DAS FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO.**

- (LANCHES PRONTOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. DE 01 (UMA FORMAÇÃO).	TOTAL DE 05 FORMAÇÕES
01	COXINHA TAM FESTA	UND	2.500	12.500
02	PÃOZINHO DE QUEIJO TAM FESTA	UND	2.500	12.500
03	PASTEL DE FORNO DE FRANGO TAM FESTA	UND	2.500	12.500
04	QUIBE TAM FESTA	UND	2.500	12.500
05	CEBOLINHA	KG	12	60
06	BISCOITINHO DE GOMA	KG	12	60
07	BISCOITINHO CASADINHO	KG	12	60
08	BISCOITINHO DE COCO	KG	12	60
09	BOLINHAS DE QUEIJO	KG	12	60
10	BOLO DE OVOS DUAS CORES COM RECHEIO DE COCO E COBERTURA DE CHOCOLATE, TAM 60CMX40CM	UND	50	250



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



11	PÃES METRO SALGADOS FRANGO	UND	100	500
12	SUCO DE CACAU	L	60	300
13	SUCO DE ACEROLA	L	60	300
14	SUCO DE MARACUJÁ	L	60	300
15	SUCO DE ABACAXI	L	60	300
16	REFRIGERANTE 2 L	FARDO	30	150

- QUENTINHA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. DE 01 (UMA FORMAÇÃO).	TOTAL DE 05 FORMAÇÕES
01	ALMOÇO (QUENTINHAS): FEIJÃO TROPEIRO, ARROZ, SALADA, VINAGRETE, PURÊ DE BATATA, FRANGO ASSADO, ISCA DE CARNE AO MOHO MADEIRA	UND	400	2.000
02	REFRIGERANTE 2 L	LITRO	100	500
03	SOBREMESA DE MOUSSE DE MARACUJÁ (COPINHOS DE 50 ML)	UND	400	2.000

JORNADA PEDAGÓGICA

- CAFÉ DA MANHÃ 1º DIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Leite integral 200G	PCT	04
02	Cebolinha	KG	05
03	Biscoitinho de goma	KG	03
04	Biscoitinho de casadinho	KG	03
05	Biscoitinho de coco	KG	03
06	Bolinhas de queijo	KG	02
07	Pãozinho de queijo, com patê, tamanho médio	UND	500
08	Bolo de milho, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
09	Bolo de chocolate, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
10	Cuscuz de tapioca, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
11	Cuscuz salgado com recheio de charque, assadeira MED. 47x34x6	UND	10
12	Pão metro com recheio de frango	UND	10

- ALMOÇO 1º DIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Almoço (Quentinhas): feijão tropeiro, arroz, salada,	500	UND



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



	vinagrete, purê de batata, frango assado e isca de carne ao molho madeira.		
02	Refrigerante 1 litros	10	FARDOS
03	Sobremesa de mousse de maracujá (Copinhos de 50 ML)	500	UND

- ALMOÇO 2º DIA - PROFESSORES DO CAMPO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Almoço (Quentinhas): feijão tropeiro, arroz, salada, vinagrete, purê de batata, frango assado e isca de carne ao molho madeira.	100	UND
02	Refrigerante 1 litro	2	FARDOS
03	Sobremesa de mousse de maracujá (Copinhos de 50 ML)	100	UND

- LANCHE 1º DIA - TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Salada de frutas (Pote de 250 ML)	500	UND

- LANCHE 2º DIA - MANHÃ E TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Pastel de forno de frango, tamanho comercial (Manhã)	500	UND
02	Sanduiche natural (Tarde)	500	UND
03	Refrigerante 1 litro	20	FARDO

- LANCHE 3º DIA MANHÃ E TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Esfirra de frango, tamanho comercial (Manhã)	500	UND
02	Salada de fruta, pote com 250 ML (Tarde)	500	UND
03	Refrigerante 1 litro	10	FARDO

- LANCHE 4º DIA MANHÃ E TARDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND
01	Enroladinho, tamanho comercial (Manhã)	500	UND
02	Bolo de potes, sabores diversos (Tarde)	500	UND
03	Refrigerante 1 litro	10	FARDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



7.982, de 23 de janeiro de 2013, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº _____, RESOLVE registrar os preços ofertados pelo Licitante....., inscrito no CNPJ sob o nº, com sede a, representado(a) pelo(a) Sr.(a).....conforme cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1. Constitui-se objeto desta Ata o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUINTINHAS DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019.

1. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.2. Os preços ofertados pelos Licitantes signatários da presente Ata de Registro de Preços, são os constantes na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019.

2.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço e prazo, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

2.4. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, a(s) qual(is) também a integram.

2.5. A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

2.6. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigada a solicitar o fornecimento relacionados na Cláusula Primeira, exclusivamente, pelo Pregão Presencial para Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos Licitantes vencedores, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao vencedor, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2. DO LOCAL E PRAZO DE FORNECIMENTO

2.1. Os fornecimentos, objetos do Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019, deverão ser prestados forma imediata, a partir do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento.

2.2. Os fornecimentos serão rejeitados quando não atenderem às condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019e seus anexos e na proposta apresentada pelo Licitante Vencedor.

2.3. Os fornecimentos deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura, onde constem o número da nota fiscal, o número de série e o período de validade, conforme o caso, a data de emissão, a descrição básica e o período da garantia, que terá seu início a contar da data do atesto na Nota Fiscal/Fatura.

2.4. O acompanhamento dos fornecimentos será processado por Servidor designado pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



Secretaria requisitante, que terá a responsabilidade de fiscalizar e acompanhar a entrega, realizar os testes que se fizerem necessários para aceitar ou rejeitar a entrega, efetuando o respectivo atesto na Nota Fiscal/Fatura.

2.5. Para efetuar os testes que se fizerem necessários e efetuar o atesto na Nota Fiscal/Fatura o servidor a que se refere o subitem 3.4 desta Cláusula adotará o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de início do fornecimento nas dependências do Município de Mutuípe/BA.

2.6. No caso de rejeição do fornecimento de algum produto, o servidor designado nos termos do subitem 4.4 desta Cláusula, emitirá Termo de Rejeição com análise do problema e indicará a penalidade a ser aplicada, caso caiba, e o prazo em que o Licitante Vencedor deverá refazer a entrega do produto rejeitado por outros que atenda plenamente às exigências do Edital, no prazo de 24 horas, a contar da data de recebimento da comunicação efetuada pela Secretaria Municipal de Administração, devendo o novo fornecimento ser prestado sem qualquer ônus para esta última, condicionado ao saneamento da situação a sua aceitação.

2.7. Quaisquer prazos inerentes à prática de atos por parte da Secretaria Municipal de Administração ou que não possam ser considerados como de responsabilidade do Licitante Detentor da Ata, não serão considerados para efeito da contagem do prazo máximo para o fornecimento, objeto desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA

4.1. O Licitante Detentor da Ata deverá garantir o fornecimento, sem gerar quaisquer ônus adicionais para a Secretaria requisitante, por um período de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data do atesto na Nota Fiscal/Fatura, obedecidas as exigências previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento do mês anterior, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues no Setor de compras do Município, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, das seguintes comprovações:

- a) regularidade junto ao FGTS-CRF;
- b) regularidade junto ao TST-CNDT
- c) regularidade junto a Receita Federal – CNDC
- d) regularidade junto ao Município – CND
- e) regularidade junto a Fazendas Estadual

§ 1º - A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 3 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais.

§ 2º - A CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias, a contar do último dia do mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura, pré-faturamento com detalhes dos abastecimentos, para conferência por parte do CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.

§ 3º - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 30(trinta) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, caso



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



estes forem exigidos pelo CONTRATANTE na forma prevista nesta cláusula, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

§ 4º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) atestação de conformidade do fornecimento;
- b) comprovação de regularidade federal (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF).

§ 5º - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à CONTRATADA pela FISCALIZAÇÃO e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

§ 6º - A contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á após reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo do fornecimento pela CONTRATADA.

§ 7º - O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

5.2. Para execução do pagamento de que trata o subitem 5.1 desta Cláusula, o Licitante detentor da Ata deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível, se o caso, em nome do MUNICÍPIO DE MUTUÍPE, no CNPJ nº 13.827.035/0001-40, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.3. Caso o Licitante Detentor da Ata seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido ao Licitante Detentor da Ata e o pagamento ficará pendente até que tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus ao Município.

5.5. Não será efetuado qualquer pagamento ao Licitante Detentor da Ata enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.6. O pagamento de que trata o subitem 6.1 desta Cláusula estará condicionado à comprovação da regularidade do Licitante Detentor da Ata por meio de consulta "online" ou por meio de certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas.

5.7. O Licitante Detentor da Ata ficará sujeito à suspensão do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, no caso de descumprimento do parágrafo 5º desta Cláusula, até que seja sanada a pendência, mediante apresentação do documento comprobatório da regularidade do registro verificado.

5.8. É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço total, bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



6.10 Licitante Detentor da Ata é obrigado a fornecer todos os produtos solicitados durante a vigência desta Ata, mesmo que o fornecimento dos mesmos esteja previsto para data posterior a seu vencimento.

6.2 Se a qualidade do produto não corresponder às especificações exigidas no Edital e seus anexos que precederam a presente Ata, serão adotados os procedimentos previstos no subitem 3.5 da Cláusula Terceira.

6.3 Os produtos deverão ser entregues de forma imediata após o recebimento pela licitante vencedora da Autorização de Fornecimento, em dia de expediente informados pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

7.1. Cumprir fielmente as demais obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019, Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. As obrigações do Município estão estabelecidas no Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, da Lei nº

10.520/2002 a Licitante que, no decorrer da contratação:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Apresentar documentação falsa;

9.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.4. Cometer fraude fiscal;

9.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e na Ata de Registro de Preços.

9.2. A Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

9.2.2. Multa:

I - Moratória de até 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total da Ata de Registro de Preços.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE MUTUÍPE, pelo prazo de até 02 (dois) anos. (Acórdão 2242/2013-Plenário, TC 019.276/2013-3 de 21/08/2013);

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

9.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



9.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação:

9.5. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

9.6. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.7. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações vigentes.

9.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da Proporcionalidade.

9.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

9.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no site oficial do Município.

9.13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.14. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

9.15. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

9.16. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.17. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA REVISÃO DOS PREÇOS

10.1. Durante a vigência da presente Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

10.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento, devidamente comprovado, cabendo ao Município, por meio do Servidor designado gestor da Ata, promover as necessárias negociações junto às empresas vencedoras.

10.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata deverá:

a) Convocar a empresa vencedora visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Frustrada a negociação, a empresa vencedora será liberada do compromisso assumido;

c) Convocar as demais empresas visando igual oportunidade de negociação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUIPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



10.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa vencedora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o gestor da Atapoderá:

- a) Liberar a empresa vencedora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) Convocar as demais empresas visando igual oportunidade de negociação; e,
- c) Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata procederá à revogação da mesma e a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Os itens a serem fornecidos, objetos desta Ata de Registro de Preços, serão acompanhados por Servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento para esse fim.

11.2. Atendendo ao quanto disposto na Lei Federal de nº 12.486/2013, fica designado o Servidor CPF nº, matrícula nº lotado na Secretaria Municipal de para o fim específico de acompanhar o fornecimento dos itens, do objeto da presente Ata de Registro de Preços, de modo que o referido servidor, deverá emitir relatórios mensais, informando sobre o andamento da Ata de Registro de Preços, que deverão ser encaminhados para o setor de compras a partir do primeiro mês de iniciado o fornecimento dos itens adquiridos.

11.3. O Licitante detentor da Ata é responsável pelo fornecimento dos itens, do objeto desta ata.

11.4. O fornecimento pelo Licitante detentor da Ata deverá ser devidamente acompanhado da Nota Fiscal/Fatura de acordo com as demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Presencial Registro de Preço nº 079-2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O Licitante Detentor da Ata terá o seu Registro de Preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico:

12.1.1. A pedido do Licitante Detentor da Ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I - Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da presente Ata;
- II - Comprovar a ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da Ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado; ou,
- III - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.

12.1.2. Por iniciativa do Município, por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas, assegurado o contraditório e ampla defesa, bem assim quando o Licitante Detentor da Ata:

- I - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- II - não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- III - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- IV - não comparecer ou se recusar a fornecer os itens decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- V - incorrer em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes, ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



VI - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 (inciso IV do art. 19 do Decreto 199, de 2017).

12.2. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, será feita por intermédio de correspondência, mediante recibo, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.3. A solicitação do Licitante Detentor da Ata para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nona, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

14.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, mediante a emissão da respectiva autorização de Fornecimento, de acordo com o disposto no Edital do Pregão Presencial Registro de Preços 079-2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019 e a proposta do Licitante que apresentou os menores preços na etapa de lances.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mutuípe-BA, para dirimir toda e qualquer questão decorrente desta Ata de Registro de Preços, da licitação e da Nota de Empenho, renunciando as partes envolvidas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Mutuípe/BA, _____ de _____ de 2019.

MUNICÍPIO DE MUTUÍPE

Rodrigo Maicon de Santana Andrade – Prefeito
CONTRATANTE

Secretário Municipal de _____/Gestor do Fundo Municipal
CONTRATANTE

LICITANTE VENCEDOR REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Testemunhas:

1.....CPF nº

2..... CPF nº.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



ANEXO I V

MINUTA DO CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 079-2019

CONTRATO Nº

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHAS DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019.

O MUNICÍPIO DE MUTUÍPE, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.827.035/0001-40, com sede administrativa na Praça Otávio Mangabeira, S/Nº, Centro, Mutuípe-BA, representada por seu Prefeito Municipal RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Brasileiro, Servidor Público, inscrito no CPF nº 016.824.945-60, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede à, neste ato representado na forma dos seus Estatutos/Regimento/Contrato Social, pelo Sr....., portador da Cédula de Identidade nº SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº, aqui denominada CONTRATADA, com base no Edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019, do Processo Administrativo nº/2019 e disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



Seleção das melhores propostas para o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHAS DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019.

§1º. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º do art. 65 da Lei federal nº 8.666/93.

§2º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º. É possível a subcontratação parcial do objeto desde que devidamente autorizada pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O Contratante pagará à Contratada os preços especificados na Proposta anexa a este instrumento, o qual relaciona, por item, os preços unitários e totais de cada produto e o preço global total.

§ 1º. O valor deste contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxx).

§ 2º. O preço contratado tem como data-base o mês da apresentação da proposta.

§ 3º. O preço total do fornecimento é de R\$ (.....), consoante discriminação contida no Edital, que passa a integrar o presente Contrato.

§ 4º. O valor a ser pago à Contratada corresponderá ao somatório dos preços totais de cada item, onde o preço total de cada item deve corresponder ao preço unitário do respectivo item multiplicado pela quantidade que for efetivamente autorizado no fornecimento do produto e devidamente confirmada pela Fiscalização do Contratante.

§ 5º. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária decorrente da execução deste contrato correrá à conta da dotação descrita nas AF.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

O início para o fornecimento dos produtos será de forma imediata após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela secretaria requisitante.

Parágrafo Único - A CONTRATADA fornecerá o produto mediante a expedição de “Autorização de Fornecimento”, devidamente preenchida, datada e assinada por funcionário autorizado, conforme modelo previamente apresentado pela Contratante e acordado pelas partes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUIPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

O contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, observada a vigência do crédito orçamentário.

Parágrafo Único. O prazo de vigência poderá ser aumentado ou reduzido ao prazo necessário para a entrega do bem, recebimento e pagamento, observados os limites legais.

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE FORNECIMENTO

A execução do objeto será realizada parceladamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

Cabe ao Contratante:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
- b) solicitar o fornecimento dos produtos constantes do objeto deste contrato mediante a expedição de Autorização de Fornecimento;
- c) notificar à Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições no fornecimento, fixando prazo para sua correção.
- d) designar servidores do Contratante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- e) fornecer à Contratada, nomes e modelos de assinaturas dos responsáveis por liberar autorizações de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- c) Arcar com as despesas referentes aos fornecimentos, objeto da presente licitação, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os produtos entregues;
- d) Manter, durante o tempo da execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 55, Inciso XIII da Lei nº. 8.666/93).

§ 1º - À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

- a) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, bem como todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales- transporte, vale-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei;
- b) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



c) Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

§ 2º - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

§ 3º - São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
- b) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- c) a subcontratação no todo de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

§ 4º - A CONTRATADA é responsável por tudo o que transporta, bem como as verbas decorrentes de possíveis acidentes de trânsito ou outras que possam ocorrer na constância do transporte independente do título: lucros cessantes, perdas e danos, danos morais, estéticos, indenizações de qualquer ordem, entre outras, e, pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do inciso 1º do art. 71, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 73 da Lei federal nº 8.666/93, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade Contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

§2º. O recebimento definitivo de obras e/ou , compras e/ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§3º. Atendendo ao quanto disposto na Lei Federal de nº 12.486/2013, fica designado o servidor (nome, matrícula e CPF), lotado na Secretaria/Superintendência de, para o fim específico de acompanhar a execução do objeto do presente contrato, de modo que o referido servidor, deverá emitir relatórios mensais, informando sobre o andamento do objeto do contrato, que deverão ser encaminhados para o setor de contratos a partir do primeiro mês de iniciada o fornecimento contratado".

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

Em consonância com o art. 5º combinado com a alínea "a" do inc. XIV do art. 40 da Lei federal nº 8.666/93, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 30(trinta) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



§1º. As situações indicadas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§2º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

§3º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

§ 4º. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura relativa o fornecimento, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues na Tesouraria do Município, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, das comprovações de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT);

§ 5º. A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações:

- a) total de produtos fornecidos; e/ou
- b) multiplicação da quantidade indicada na Autorização de Fornecimento pelo preço proposto na Licitação.

§ 6º. A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 3 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade do fornecimento;
- b) Comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT);

§ 8º. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à Contratada pela Fiscalização e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

§ 9º. O Contratante não fica obrigado a tomar os fornecimentos na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o produto efetivamente entregue.

§ 10. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



A licitante vencedora do certame responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

§1º. A verificação, durante a realização do contrato, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

§2º. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarretar prejuízos ao Estado da Bahia, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

§3º. Com fundamento nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, cujos percentuais estão definidos neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir o Estado da Bahia pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

§4º. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração e impedimento de licitar e contratar com a Administração e poderão ser descontadas do pagamento a ser efetuado.

§5º. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

§6º. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não entregue ou serviço não realizado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não entregue ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§7º. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§8º. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

§9º. A sanção de multa não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 10. Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo a autoridade competente determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

§ 11. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei federal nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (art. 7º da Lei federal nº 10.520/02).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei federal nº 8.666/93.

§1º. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93.

§2º. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVIII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

§ 1º - O presente contrato vincula-se aos termos:

- a) do edital do Pregão Presencial Registro de Preços nº 079-2019, constante do Processo Administrativo nº/2019.
- b) da proposta vencedora da Contratada.

§ 2º. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações regentes da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas Foro da Comarca de Mutuípe-Ba, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, e, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (Duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, Contratante e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Mutuípe – BA, de de 2019.

MUNICÍPIO DE MUTUÍPE

Rodrigo Maicon de Santana Andrade
CONTRATANTE

Nome do Secretário
Secretário Municipal de _____/Gestor do Fundo M
CONTRATANTE

PARECER JURÍDICO

Emitimos parecer favorável ao presente Contrato, por atender a legislação vigente, notadamente no quanto previsto na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Mutuípe/BA,, de, de

Paulo Anderson Nascimento Santana
OAB - BA 37.118/Assessoria Jurídica

EMPRESA
Representante Legal CONTRATADA

Testemunhas:

1..... CPF nº RG nº

2 CPF nº RG nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

REF: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS 079-2019.

A empresa _____, CNPJ nº _____, localizada Rua _____, DECLARA, sob as penas da lei, cumprir plenamente os requisitos de habilitação para participação do Pregão nº _____, previsto em seu Edital, conforme estabelecido no Inc VII, do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

Mutuípe-Ba, __ de _____ de _____.

Representante Legal
RG nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



Observações:

- 1) Emitir em papel que identifique a licitante.
- 2) Declaração a ser emitida pela licitante.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE TRABALHO COM MENORES DE 18 ANOS

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____ portador da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(somente assinalar se esta assertiva for verdadeira)

Mutuípe, ____ de _____ de 2019

Assinatura

- 3) Emitir em papel que identifique a licitante.
- 4) Declaração a ser emitida pela licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2019

Declaro para os devidos fins e sob penas da Lei que a empresa:, CNPJ nº....., não está cumprindo pena de **“INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, em relação a qualquer de suas esferas Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, conforme determina o Art. 97, da Lei nº 8.666/93.

Data e Local

ASSINATURA DO DIRETOR OU REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Observações:

- 5) Emitir em papel que identifique a licitante.
- 6) Declaração a ser emitida pela licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40
Fone: (75) 3635-1960
Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA E INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL

Ref.: Edital de Pregão Presencial Registro de Preços 079-2019

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo ate o segundo grau.

(inserir local e data) (assinatura do representante legal)

Observação: Esta Declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

Observações:

- 1) Emitir em papel que identifique a licitante.
- 2) Declaração a ser emitida pela licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 079-2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHAS DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019, através do Menor Preço Por Lote.

PROCURAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, situada na Rua ____,
representada neste ato pelo Sr.(a) _____, RG Nº _____ / _____, CPF
Nº _____

_____, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Sr.(a) _____
_____, RG Nº _____ – _____ / _____, CPF Nº _____, a quem confere amplos poderes para,
junto ao Município de Mutuípe, com referência à licitação na modalidade Pregão Presencial para
Registro de Preço nº **079-2019**, formular e ofertar lances, negociar preço, interpor recurso, desistir
de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 079-2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE BUFFET PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PRONTOS E REFEIÇÕES TIPO QUENTINHAS DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA E FORMAÇÕES DOS SERVIDORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2019, **através do Menor Preço Por Lote.**

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos para os fins da parte final do inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, declaramos:

- () Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.**
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.**
- () para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014 haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal e trabalhista, a cuja regularização procederemos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especialmente a definida no art. 86.

Município, de de

.....
(Nome e Assinatura do Representante Legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



Observações:

- 1) Emitir em papel que identifique a licitante.
- 2) Declaração a ser emitida pela licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE-BAHIA

CNPJ - Nº. 13.827.035/0001-40

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº. 018-2017L, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Travessa Maria Sá, Nº 145, Condomínio Cantinho da Yaya, Jequiezinho, Jequié/BA, para servir a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na forma determinada pela Secretaria Municipal de Educação. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: ANDERSON COSTA LEONE, inscrito no CPF 007.955.065-70, Identidade nº 9656898-40, residente e domiciliada à Rua Cinco de Julho, Nº 93, Centro, Maracás BA. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06052/2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 002-2017-L, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Praça Góis Calmon, n.º 90, Térreo Mutuípe/BA, para servir a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, na forma determinada pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: Sr. MOISES NASCIMENTO FERREIRA, inscrito no CPF 063.341.055-15, Identidade nº 9656898-40, residente na Av. Beira Rio, nº 21, Centro, Mutuípe- Bahia: Processo Administrativo nº. 05090, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 0047-2018, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Rua Antenor Rodrigues do Nascimento, nº 17, Centro, Mutuípe-Bahia, para servir a Secretária de saúde, na forma determinada pela Secretária municipal de saúde. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: ALTEMIR ALVES DOS SANTOS, inscrito no CPF 016.511.375-87, Identidade nº 04.032.015-43, residente e domiciliada à na Rua Antenor Rodrigues do Nascimento, Nº 17, Centro, Mutuípe-Ba BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 03093-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 014-2017-L, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Rua José Barreto, nº175, Centro, Mutuípe - Bahia, para servir a Secretaria de Assistência Social, na forma determinada pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: ANTONIO ANDRADE DE JESUS, inscrito no CPF 112.435.895-15, Identidade nº 01.486.873-34, residente e domiciliada à Rua Maria Julia, Nº 01, Centro, Mutuípe-Ba. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 05090/2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 0012-2018, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Rua Amargosa, s/nº Bairro Clélia Chaves Rebouças – Mutuípe-Bahia, para servir a COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO-CIPE LITORAL NORTE, na forma determinada pela Secretaria de Administração. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: JUVENCIO CARDOSO DE SOUZA, inscrito no CPF 192.485.715-49, Identidade nº 0220898537, residente e domiciliada à Loteamento da Jaqueira, Nº 313, Centro, Mutuípe-Ba. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 05060-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 21/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



SEGUNDO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 015-2017-L, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a na Av. Bartolomeu Chaves, Nº 124 PAV, Térreo, Centro, Mutuípe-BA, para servir a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na forma determinada pela Secretaria Municipal de Educação. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: ANA RITA BORGES FERREIRA, inscrito no CPF 818.178.945-87, Identidade nº 6.419.979-73, residente e domiciliada à Av. Bartolomeu Chaves, Nº 124, Térreo, 1º e 2º andar, Centro, Mutuípe-BA. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06053-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 001-2017-L, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Rua São Roque, nº 290, 1º andar, Bairro São Roque, Mutuípe - Bahia, para servir a Secretaria da Fazenda, Administração, Planejamento e Serviços Públicos, na forma determinada pela Secretaria Municipal de administração. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: Sr. LUZINEIDE BRITO DOS SANTOS, inscrito no CPF 283.881.515-68, Identidade nº 96573885, residente e domiciliada à Rua Nova Nazaré, Nº 15, Muniz Ferreira-Ba. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 05059-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 040-2018, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Rua Dr. Alberto Mota, s/n, Centro, Mutuípe - Bahia, para servir a Secretaria de saúde, na forma determinada pela Secretaria Municipal de saúde. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: Sr. RONALDO LEAL BASTOS, inscrito no CPF 987.262.185-34, Identidade nº 8.197.166-42, residente e domiciliada à Jesulino dos Santos, Nº 56, Térreo, Centro, Mutuípe-Ba. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 3094-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 168-2017, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Rua Berlita Figueiredo de Sousa, s/n. Bairro santo Antônio, Mutuípe - Bahia, para servir a Secretaria da Fazenda, Administração, Planejamento e Serviços Públicos, na forma determinada pela Secretaria da Fazenda, Administração, Planejamento e Serviços Públicos. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: Sr. VALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE, inscrito no CPF 473.085.165-04, Identidade nº 0458097047, residente e domiciliada à Faz. Capim, S/Nº, Zona Rural, Mutuípe-Ba. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 05058, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 020-2017, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a locação de um imóvel residencial situado, a Rua Manoel João da Rocha, nº 06, Clélia Rebouças, Mutuípe - Bahia, para servir a Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, na forma determinada pela Secretaria de saúde. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: Sr. HERONDINO JOSÉ FERREIRA, inscrito no CPF 131.903.265-68, Identidade nº 01.254.857-00, residente e domiciliada à Rua Manoel João da Rocha, Nº 06, Casa 301, Bairro Clélia Rebouças, Mutuípe-Ba. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 03095-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 009-2018, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a Prestação de serviços no apoio a secretaria municipal de saúde e a secretaria municipal de administração no monitoramento do sistema de informação em saúde, apoio as coordenações e gestão local do SUS, monitoramento de implantação e implementação de políticas públicas conforme parâmetros do SUS/MS através de atividades internas, apoio à Gerencia Municipal de convênios — GMC, elaboração de propostas para a captação de recursos e prestação de contas junto ao Governo Federal (todos os ministérios), apoio e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



monitoramento na inserção de dados do SINCOV, SIGA/FUNASA, SIMEC, SISMOB e afins. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: UNIVERSUS CONSULTORIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 07.774.236/0001-24, representado pelo Sr. EDINALDO LIMA DE SOUZA, portador do CPF nº 022.616.238-95, RG nº 0187723664 BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06071-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº 006-2018, objetivando a renovação contratual, que tem por objeto a Contratação de serviços técnicos especializados de Assessoria e Consultoria jurídica com carga horária de 30 (trinta) horas no âmbito da Ação Social, com ênfase nas políticas do CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), confecção Pareceres técnicos e demais atividades à Secretaria Municipal de Ação Social. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: MÁRCIO MURILO RAUÉDYS OLIVEIRA, inscrito no CPF 022.890.945-79, Identidade nº 09.082.130-00, Processo Administrativo nº. 0661-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 a 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 022-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a Prestação de Serviços Técnico no setor de licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local descritas na Resolução CEPRAM 4420 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015 e elaboração de parecer técnico, nos processos de Alvará Municipal; Capacitação e treinamento dos gestores e Técnicos municipais de meio ambiente; elaboração de Laudo técnico de insalubridade projetos de Segurança do Trabalho e realização de palestras Ambientais. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: AZEVEDO LEMOS ENGENHARIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 13.537.851/0001-10, representado pelo Sr. ANDRÉ LUIZ COUTO DE AZEVEDO ALVES, portador do CPF nº 807.312.955-87, RG nº 0806657723, BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06070-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 122-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a prestação de serviços jurídicos e administrativos de assessoramento das rotinas internas e emissão de pareceres técnicos, junto à administração pública municipal, e assessoramento jurídico ao setor de licitações. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: MAGALHÃES E SANTANA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ Nº 21.402.187/0001-20, representado pelo Sr. PAULO ANDERSON NASCIMENTO SANTANA, portador do CPF nº 021.631.445-13, RG nº 11.608.400-67. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06068-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 287-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a contratação de advocacia e assessoria jurídica na área de direito processual e direito administrativo para acompanhamento de demandas jurídicas nas quais o município figure no pólo ativo ou pólo passivo, realização de audiência e demais atos processuais e outras atividades correlatas no âmbito da administração pública municipal, junto a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Mutuípe-Ba. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: MARINA SANTA INÊS DE OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ Nº 31.441.717/0001-00, Processo Administrativo nº. 06065-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 039-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a prestação de serviços no encaminhamento, acompanhamento e prestação de contas de projetos junto à agência de fomento estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA, com análise de relatórios bimestrais e trimestrais, avaliação do endividamento do município e capacidade de pagamento de parcelas, emissão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



relatórios: físicos e eletrônicos e alimentação de dados via sistema informatizado - DESENBAHIA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: RAMON ALMEIDA DOS SANTOS DE IRAJUBA-ME, inscrita no CNPJ Nº 24.360.891/0001-55. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06098-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 235-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de controle interno com realização de treinamento, orientação e padronização do fluxo de processos, bem como na implantação de normas e procedimentos desse município. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: SÂMEQUE FERREIRA DE OLIVEIRA-ME, inscrita no CNPJ Nº 25.191.931/0001-45 representado por SÂMEQUE FERREIRA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF 001.374.665-01, Identidade nº 07328708-36. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06066-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 288-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídico-administrativa com vistas à elaboração de planos, estatutos e leis municipais, minutas de contratos; assessoramento na área previdenciária; assessoramento nas notificações mensal é anual, termos de ocorrência e denúncias junto ao TCM/BA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: ISMERIM ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ Nº 05.087.278/0001-61, representado por ADEMIR ISMERIM MEDINA, inscrito no CPF 953.265.295-72, Identidade nº 08.058.396-23. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06077-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 003-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a Contratação de empresa de consultoria para monitoramento da Política Municipal de Assistência Social, realização trimestral de curso de aprimoramento da proteção social básica e especial, capacitação permanente para os Recursos Humanos do SUAS, com periodicidade mínima bimestral, elaboração e acompanhamento dos programas e projetos sociais dos serviços da PNAS no Município de Mutuípe-Ba. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: ROBERTO CARLOS LEMOS-ME inscrito no CNPJ Nº 30.351.663/0001-11, representado por ROBERTO CARLOS LEMOS, inscrito no CPF 900.541.215-15, Identidade nº 0643422471. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06077-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 288-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídico-administrativa com vistas à elaboração de planos, estatutos e leis municipais, minutas de contratos; assessoramento na área previdenciária; assessoramento nas notificações mensal é anual, termos de ocorrência e denúncias junto ao TCM/BA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: SÉRGIO PEDREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ Nº 30.351.663/0001-11. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06077-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

QUARTO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 292-2017, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para apoio na execução dos serviços de limpeza pública compreendendo a locação de veículos, máquinas com motorista e equipe para realização de coleta manual, mecanizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais na sede e zona rural no município de Mutuípe (BA). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: CONSLOC



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n

Mutuípe – Bahia



CONSTRUTORA E LOCAÇÃO EPP, inscrito no CNPJ Nº 02.584.213/0001-33. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 05094-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

SEGUNDO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 149-2017, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos administrativos para diversas secretarias e transportar alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de Mutuípe-BA e incluindo utilitários para o transporte de estudantes da sede do município para as cidades de Valença, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Santa Inês e Salvador em diversos turnos. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: EMBATTUR EMPRESA BAHIANA DE TRANSPORTE E TURISMO EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ Nº 02.517.814/0001-23. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06019-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 02/07/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 293-2017, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para apoio na execução dos serviços de limpeza pública compreendendo a locação de veículos, máquinas com motorista e equipe para realização de coleta manual, mecanizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais na sede e zona rural no município de Mutuípe (BA). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: MJWF SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-ME, inscrito no CNPJ Nº 12.668.405/0001-81. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06020-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 02/07/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 248-2018, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a prestação de serviços em elaboração de projeto de adequação de estradas vicinais para atender à proposta de convênio nº 025989/2018 (SICONV) pleiteada junto ao ministério da agricultura, pecuária e abastecimento - mapa. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: MM3 ENGENHARIA LTDA, inscrito no CNPJ Nº 11.346.240/0001-69. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 07000-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 02/06/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 315-2017, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INTERMEDIÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS, PLANTONISTAS, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E OUTROS PROFISSIONAIS DE APOIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFANCIA UBAIRA, inscrito no CNPJ Nº 14.284.483/0001-08. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 05079-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 154-2017, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é o fornecimento de sistemas de informática integrados web, de contabilidade pública, sistema recursos humanos, sistema portal do servidor, sistema de patrimônio, sistema de tributos, sistema de transparência, sistema de almoxarifado), e sistemas de frotas os módulos deverão se relacionar, de forma integrada para atender as necessidades da prefeitura municipal de Mutuípe-ba. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: NILTON FAGUNDES JÚNIOR - ME, inscrito no CNPJ Nº 13.927.630/0001-58. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 07018-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 31/12/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE

CNPJ - 13.827.035/0001-40

Fone: (75) 3635-1960

Praça Otávio Mangabeira, s/n
Mutuípe – Bahia



SEGUNDO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 218-2017, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a locação de um imóvel comercial, com espaço arejado, de fácil acessibilidade situado na Av. José Lomanto Barbosa Ramos, s/n, Bairro Santo Antônio, Mutuípe/BA, destinado ao uso da Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, como depósito da merenda escolar. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: MAGNO PEREIRA SANTOS, inscrito no CPF Nº 261.427.128-47. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº. 06050-2018, consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 02/03/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.

TERCEIRO TERMO ADITIVO vinculado ao CONTRATO Nº. 073-2017, objetivando a renovação contratual, cujo objeto é a licença de uso, manutenção e suporte de sistema para a área de transparência, para atendimento da Lei n.º 12.527/2011 e legislação correlata, com divulgação de atos oficiais, como depósito da merenda escolar. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MUTUÍPE. CONTRATADO: IMAP — INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, inscrita no CNPJ nº 05.277.208/0001-7. BASE LEGAL: consubstanciado no Inciso II, Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Assinado em 27/12/2018. VIGÊNCIA: de 02/01/2019 à 02/04/2019. RODRIGO MAICON DE SANTANA ANDRADE, Prefeito Municipal.